



meses e 24 dias), como celetista, no serviço público, no período anterior à vigência da Lei 8.112/1990. A partir da prolação do Acórdão 911/2014-TCU-Plenário, esta Corte de Contas passou a entender que a contagem especial de tempo prestado em condições insalubres, penosas e perigosas para servidores ocupantes de cargos de natureza estritamente administrativa, além de observar os parâmetros definidos no Acórdão 2.008/2006-TCU-Plenário, somente poderá ocorrer se efetivamente demonstrada a existência de risco ou de agentes nocivos à saúde no local de trabalho, devidamente atestado por laudo pericial."

LÍDIO JOSÉ FERREIRA DA SILVA LIMA
Secretário

EDITAL DE OITIVA Nº 10/2018-TCU/SEFIP, DE 21 DE MARÇO DE 2018

TC 005.277/2012-4

Pelo presente Edital, publicado mediante delegação de competência do Excelentíssimo Senhor Ministro Relator, fica notificado o Senhor Sebastião Jacinto de Assunção (CPF: 112.471.341-72), com fulcro no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, c/c o art. 260, § 2º, do Regimento Interno/TCU, para, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação deste, querendo, apresentar junto ao Tribunal de Contas da União esclarecimentos que entender necessários acerca da: "Incorporação de quintos, com fundamento no art. 62-A da Lei 8.112/1990, c/c os arts. 3º e 10º da Lei 8.911/1994 e art. 3º da Lei 9.624/1998, decorrente de exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, de cargo de provimento em comissão ou de natureza especial após 1998, uma vez que esta Corte de Contas considera que a incorporação da vantagem somente é possível até a data de publicação da Lei 9.624/1998, ocorrida em 8/4/1998. Esse entendimento está escorado no decidido pelo Supremo Tribunal Federal, no RE 638.115/CE, e em recente jurisprudência do TCU (Acórdão 2.444/2015-TCU-Plenário, relator Ministro André Luis de Carvalho, Acórdão 5.380/2016-TCU-2ª Câmara, relator Ministro Vital do Rêgo, e Acórdão 8.788/2016-TCU-2ª Câmara, relator Ministro Augusto Nardes). Além disso, estaria assegurado o cômputo do tempo residual de exercício de funções comissionadas não empregado até 10/11/1997, para a incorporação de parcela de décimo, com termo final na data específica em que o servidor completasse o interstício de doze meses, de acordo com a sistemática definida na redação original do art. 3º da Lei 8.911/1994, e todas as parcelas incorporadas, na forma de quintos, deveriam ser transformadas em décimos, e estes, em VPNI - vantagem pessoal nominalmente identificada (Decisão 925/1999, Acórdãos 731/2003 e 732/2003, todos do Plenário)."

LÍDIO JOSÉ FERREIRA DA SILVA LIMA
Secretário

EDITAL DE OITIVA Nº 12/2018-TCU/SEFIP, DE 21 DE MARÇO DE 2018

TC 009.706/2012-7

Pelo presente Edital, publicado mediante delegação de competência do Excelentíssimo Senhor Ministro Relator, fica notificada a Senhora Yvone Moura Costa (CPF: 512.950.165-91), com fulcro no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, c/c o art. 260, § 2º, do Regimento Interno/TCU, para, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação deste, querendo, apresentar junto ao Tribunal de Contas da União esclarecimentos que entender necessários acerca de: "Habilitação de filha maior solteira, como dependente de pensão, sem comprovação dos requisitos previstos no Acórdão 892/2012-TCU-Plenário e no Acórdão 2780/2016-TCU-Plenário: A filha solteira maior de 21 anos deve comprovar todas as seguintes condições: a) ser solteira, viúva ou desquitada, independentemente da idade (pode ser maior ou menor de 21 anos); b) não ser ocupante de cargo público permanente na Administração Pública Direta ou Indireta; c) não se encontrar na condição de aposentada, quer seja no âmbito do serviço público ou no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), visto que tal condição descaracteriza a dependência econômica em relação ao instituidor na data do óbito; e d) comprovar dependência econômica em relação ao instituidor. A filha solteira maior de 21 anos deve comprovar, para não perder a pensão, as seguintes condições atuais: a) não ter contraído casamento ou se encontrar na situação de união estável; b) não ocupar cargo efetivo na Administração Pública Direta ou Indireta, ou receber aposentadoria decorrente dessa ocupação; e c) não auferir renda que descaracterize a dependência econômica do benefício de pensão."

LÍDIO JOSÉ FERREIRA DA SILVA LIMA
Secretário

EDITAL DE OITIVA Nº 8/2018-TCU/SEFIP, DE 20 DE MARÇO DE 2018

TC 007.375/2013-1

Pelo presente Edital, publicado mediante delegação de competência do Excelentíssimo Senhor Ministro Relator, fica notificado o Senhor Antônio José Tavares Rodrigues (CPF 064.145.243-87), com fulcro no art. 5º, inciso V, da Constituição Federal, c/c o art. 260, § 2º, do Regimento Interno/TCU, para, no prazo de 15 (quinze) dias, , apresentar junto ao Tribunal de Contas da União, manifestação quanto ao Recebimento de parcela (R\$ 276,42) em desacordo com o entendimento do TCU, delineado no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, por se tratar de erro na execução da sentença que determinou o pagamento relativo a rubricas judiciais [hora extra,

URV 3,17%, 28,86%, planos econômicos (URP) etc.], as quais devem ser absorvidas pelas novas estruturas remuneratórias implantadas (ou mesmo por reajuste geral) após o provimento jurisprudencial (Acórdãos 2.161/2005, 269/2012 e 3.624/201 do Plenário, 3.775/2011, 7.837/2013, 2.278/2014 2.511/2014, 3.200/2014 e 3.551/2014 da 1ª Câmara e 4.057/2013, 2.062/2014 e 2.594/2014 da 2ª Câmara, entre outros). Segundo essa jurisprudência, é indevida a continuidade ad aeternum dessas vantagens. Em respeito à irredutibilidade remuneratória, o pagamento deve continuar tão somente até o momento em que os reajustes posteriores se igualarem ao valor da(s) rubrica(s).

LÍDIO JOSÉ FERREIRA DA SILVA LIMA
Secretário

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

a) Processo: 027.442/2017-9; b) Espécie: CT nº 2/2018, firmado em 20/3/2018, entre a Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte e a empresa Defesa Service Serviços Gerais Ltda CNPJ: 13.940.738/0001-80; c) Objeto: Prestação de serviços continuados de limpeza, copeiragem, recepção e serviços gerais nas dependências da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Estado do Rio Grande do Norte - SECEX-RN; d) Fundamento Legal: nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993, Pregão Eletrônico nº 89/2017; e) Vigência: 2/4/2018 a 1/4/2019; f) Valor: R\$ 247.730,00; g) NE nº 2018NE000029 de 9/3/2018; h) Signatários: pelo Contratante, Carlos Roberto Caixeta, e, pelo Contratado Edivaldo Siqueira Sales.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a) Processo: 034.278/2017-6; b) Espécie: 1º TA ao CT nº 1/2016, firmado em 20/03/2018 , entre a SECEX/PI e a empresa Acto Arquitetura Construção E Urbanismo Ltda - Epp, CNPJ 11.341.662/0001-41; c) Objeto: ALTERAÇÃO nos termos da cláusula décima segunda e RATIFICAÇÃO DA PRORROGAÇÃO do prazo de execução ; d) Fundamento Legal: o art. 65, inciso I, alíneas "a" e "b" e § 1º, todos da Lei nº 8.666/1993; e) Vigência: de 20/03/2018 a 27/06/2018; f) Signatários: pelo Contratante, CARLOS ROBERTO CAIXETA, e, pelo Contratado, WAGNER NOGUEIRA GOMES.

Defensoria Pública da União

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 53/2014

Nº Processo: 08038010595201319. Contratante: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO -.CNPJ Contratado: 05395624000179. Contratado : VERMA ENGENHARIA LTDA - ME -.Objeto: Rescisão unilateral do contrato Fundamento Legal: Inciso I do art. 79, c/c inciso I e II do art. 78 ambos da Lei 8.666/93 e Cláusula Décima Segunda do contrato. Data de Rescisão: 26/03/2018 .

(SICON - 21/03/2018) 290002-00001-2018NE802705

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2018 - UASG 290002

Número do Contrato: 54/2017.
Nº Processo: 08038003427201709.
PREGÃO SISPP Nº 42/2017. Contratante: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO -.CNPJ Contratado: 18217017000160. Contratado : META SERVICOS E TERCEIRIZACAO -EIRELI. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de prestação de serviços de limpeza e conservação para atender a Unidade DPU/Belo Horizonte/MG. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 . Vigência: 03/07/2018 a 02/07/2019. Valor Total: R\$246.879,65. Fonte: 100000000 - 2018NE800310. Data de Assinatura: 20/03/2018.

(SICON - 21/03/2018) 290002-00001-2018NE802705

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA-GERAL

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº: 303.405/2017. OBJETO: Prestação de cursos de capacitação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) - níveis básicos, intermediário e avançado. (VALOR TOTAL: R\$ 22.211,20 (vinte e dois mil duzentos e onze reais e vinte centavos). INTERESSADO: Coordenação de Acessibilidade. FAVORECIDO: Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos do DF (APADA-DF), CNPJ: 00.580.696/0001-72. FUNDAMENTO LEGAL: Caput do art. 24, da Lei n. 8.666/93. AUTORIZAÇÃO: Lúcio Henrique Xavier Lopes, Diretor-Geral. RATIFICAÇÃO: Deputado Fernando Lúcio Giacobbo, Primeiro-Secretário. LUCIANE RODRIGUES DE PAIVA FERREIRA Diretora do Departamento de Material e Patrimônio.

SECRETARIA EXECUTIVA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 29/2018 - UASG 010001

Nº Processo: 241.670/2017 . Objeto: Pregão Eletrônico - Locação eventual, mediante Sistema de Registro de Preços, de veículo tipo ônibus urbano, com motorista e sem combustível, para atender às demandas da Câmara dos Deputados por transporte de pessoas no Distrito Federal, pelo período de 12 (doze) meses. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 22/03/2018 de 09h00 às 17h59. Endereço: Camara Dos Deputados Edif. Anexo 1 - 14 Andar Zona Cívico-administrativa - BRASILIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/010001-05-29-2018. Entrega das Propostas: a partir de 22/03/2018 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 09/04/2018 às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no ComprasNet e as especificações constantes do Edital, prevalecerão as do Edital. O Edital está disponível também no site www.camara.leg.br.

DANIEL DE SOUZA ANDRADE
Presidente da Cpl

(SIDECA - 21/03/2018) 010001-00001-2018NE000083

SENADO FEDERAL

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO Nº 24/2018

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 00200.028480/2017. , publicada no D.O.U de 13/03/2018 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para fornecimento de computadores do tipo all-in-one, com tela sensível ao toque e garantia de 60 (sessenta) meses, para utilização do Auditório Petrônio Portella, de acordo com os termos e especificações do edital e seus anexos. Novo Edital: 22/03/2018 das 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Endereço: Via N2, Senado Federal, Bloco 16, 1º Pavimento Plano Piloto - BRASILIA - DFEntrega das Propostas: a partir de 22/03/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 09/04/2018, às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br.

FELIPE GUIMARAES CORTES
Pregoeiro

(SIDECA - 21/03/2018) 020001-00001-2018NE000003

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2018 - UASG 040001

Nº Processo: 011480/2017 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para fornecimento de periódicos estrangeiros, por meio de assinatura. Total de Itens Licitados: 00007. Edital: 22/03/2018 de 09h00 às 17h59. Endereço: Praca Dos Tres Proderes - Ed. Sede - 2. Andar BRASILIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/040001-05-18-2018. Entrega das Propostas: a partir de 22/03/2018 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 09/04/2018 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital disponível nos sítios www.comprasgovernamentais.gov.br e www.stf.jus.br

MARCELLO DOS SANTOS LOPES
Pregoeiro

(SIDECA - 21/03/2018) 040001-00001-2018NE000001

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2018 - UASG 040001

Nº Processo: 014101/2017 . Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de luminárias de emergência com LED Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 22/03/2018 de 09h00 às 17h59. Endereço: Praca Dos Tres Proderes - Ed. Sede - 2. Andar BRASILIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/040001-05-21-2018. Entrega das Propostas: a partir de 22/03/2018 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 09/04/2018 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital disponível nos sítios www.comprasgovernamentais.gov.br e www.stf.jus.br

MARCELLO DOS SANTOS LOPES
Pregoeiro

(SIDECA - 21/03/2018) 040001-00001-2018NE000001